



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA-GERAL

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

PROCESSO Nº 2021.0.000000242-3

ATA DE REUNIÃO

Data	19/03/2021
Local	ZOOM Meeting
Início	15:00
Fim	19:30

Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretora Geral e Presidente da Comissão Gestora do PLS

Suzana Martins Ramos Pinto	Coordenadora de Planejamento Estratégico
Max Leandro de Freitas Rocha	ODPLS1 - SEALMO
Fabiano Freitas Barbosa	ODPLS1 - COLOG
Flavio Augusto Castanheira Celano	ODPLS2 - COSEG
Daniel Breuer	ODPLS3 - SESERG
Gisele Goneti de Lacerda	ODPLS4 - CSINT
Flávia Conceição de Lima Vidal	ODPLS5 - SESTSU
Felipe de Mello Santos	ODPLS6 - SECOMP
Rodrigo da Rocha Camargos	ODPLS6 - SECCON
Francisco Nobre de Almeida Cunha	ODPLS7- CDESC
Raphael Augusto Pereira de Amorim	ODPLS8 - SECTRA

Convidados.

Nome	Unidade
Fabio Galerani Rodrigues Alves	SSG
Moema Munck Ayres Pereira	SESTSU
Marcos Jose Guerrero Silva	CDESC
Rita de Cassia de Souza Brito	CPLAN

Pauta

Desempenho do Tribunal no PLS – Ano de 2020

Status das iniciativas do PLS

Propostas de alterações no cronograma de iniciativas

Aprovação do desdobramento das Metas para 2021

Descrição da reunião

Aberta a reunião pela Diretora Geral, que destacou: a idéia da COSOC vir a participar das reuniões da CGPLS como convidada para aprofundar conhecimento na área e ajudar na divulgação da sustentabilidade para o público externo e interno ou realizar reuniões específicas com a Sestsu a este respeito; interesse do Presidente do TRE-RJ na atualização dos dados de economia expostos nos degraus das escadas do prédio da Sede (nº 198) e incremento da comunicação quanto às ações sustentáveis realizadas.

Foi passada a palavra para Flavia Vidal, da SESTSU, que informou a pauta.

Desempenho do TRE/RJ no 2º semestre de 2020

Observações relevantes:

Foram apresentados os resultados dos objetivos e o IDPLS (Índice de Desempenho do Plano de Logística Sustentável), tendo sido destacado que o valor deste último sofreu um efeito decorrente da pandemia pelo COVID-19 sobre alguns objetivos: “Gestão de resíduos” e “Capacitação dos servidores em educação socioambiental” que apresentaram resultados críticos.

Destacou-se o desempenho do objetivo de Energia Elétrica, Água e esgoto, que fora prejudicado em função dos valores de consumo de água.

Passou-se para apresentação dos indicadores, seus resultados e metas anuais, bem como as iniciativas pertinentes e propostas de metas desdobradas para o 1º semestre de 2021 (que se basearam também na análise do comportamento do indicador em 2020).

TEMA: Uso eficiente de Insumos e Materiais

Observações relevantes:

Indicadores impactados em geral pela suspensão do trabalho presencial, utilização do SEI!, PJE-1º e mudança dos procedimentos eleitorais (ex: convocação de mesário por meio eletrônico; impressão de documentos distintos numa única folha).

Max pontuou que: o consumo de papel já vinha diminuindo mesmo antes da pandemia e que há uma grande expectativa de como será o comportamento dos servidores ao retornarem ao presencial; é feito contato com as unidades que solicitam papel acima do normal, questionando necessidade para evitar estoque local e se ter o consumo real; chefes de cartório e assistentes são os responsáveis pela solicitação de material então podem controlar mais facilmente o consumo dos mesmos; pode ser limitado o consumo de papel no Link conforme perfil do cartório (pequeno, médio ou grande) e exigir sua justificativa caso ultrapasse.

Raphael ressaltou a necessidade de se ter um controle do gasto médio de cada unidade e estabelecer uma meta de consumo máximo baseando-se em 2019/2020 e da importância da existência de um normativo.

Patrícia informou que faz controle/acompanhamento do papel também através do BI e que o sistema Link pode ser configurado para alertar sobre solicitações acima do limite pré-estabelecido.

Adriana questionou a existência de relatórios de diagnóstico das ações contínuas de controle: identificar os maiores consumidores, distorções, ações tomadas etc. Também sugeriu que o normativo para papel fosse por IN DG.

Indicador de copo também impactado pela não entrega em 2020 da mercadoria pelo licitante.

Patrícia afirmou que foi entregue nas eleições o que havia em estoque, não havendo muitas reclamações e que a nova compra será de material biodegradável e de tamanho único para água/café.

Galerani informou que o Diagnóstico das Instalações Prediais nos imóveis ocupados foi retomado no fim de 2020.

Patrícia lembrou que a instalação dos bebedouros está interrompida por causa da Covid mas que os purificadores já foram comprados para instalação. Ela e Max pontuaram que a entrega de galões vêm ocorrendo junto aos demais materiais solicitados pelo cartório ou acompanhando as equipes da Semant, sendo fruto de equívoco ou de dificuldade de demanda do cartório situação adversa a esta.

Raphael voltou a pontuar o alto custo para entrega de apenas galão de água em cartórios afastados.

Fabiano mencionou que poderá vir a ser revista a meta anual dos IPLS04 e 05A posteriormente em função da manutenção ou não do cenário atual.

Devido à ausência do Rodrigo Japiassu a iniciativa “Implantação do Sistema Eletrônico de Informações-SEI! – Fase 2” não pode ser tratada na reunião.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Sensibilização dos servidores para manterem no trabalho os hábitos de economia de insumos que adquiriram em casa durante a pandemia (incluindo manter o hábito de ler na tela e não imprimir)

Prazo: Após pandemia

Responsável: SESTSU

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Elaboração de relatório de diagnóstico de consumo de material para apresentar ao CGPLS para análise conjunta.

Elaboração de IN DG para controle de consumo de papel.

Prazo: 1- próxima reunião CGPLS

Não definido

Responsável: SEALMO/COMAP

TEMA: Energia Elétrica, Água e esgoto e Telefonia

Observações relevantes:

Indicadores impactados em geral pela suspensão do trabalho presencial.

Flávia pontuou que as metas anuais haviam sido estabelecidas no PLS em virtude do último classificado no 1º quartil dos melhores Índices de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) constantes no Balanço Socioambiental do CNJ de 2019 e que água e energia são os itens de maior importância no cálculo do IDS. Ela também apresentou: os gráficos de consumo mês a mês de energia e água referentes aos anos de 2016 a 2020; planilha comparativa de consumo de tribunais que tivessem força de trabalho ou metragem quadrada mais aproximada à realidade do TRE-RJ. Tal planilha poderia ser base para pesquisa junto a outros tribunais sobre possíveis iniciativas adotadas para obterem consumos menores que o nosso.

Flávia informou que está tentando contato com a área de gestão socioambiental da Cedae para saber o que se pode fazer em conjunto para melhorar o consumo do TRE-RJ, tal como o uso de hidrômetros digitais durante a Rio+20. Ela deu como exemplo a Sabesp que instalou hidrômetros digitais nos maiores consumidores para se ter a medição monitorada mais rapidamente e que agora está também hidrômetros inteligentes (com IA). Relembrou também a importância de acompanhar/analisar o consumo de cada imóvel (ex: histórico do próprio cartório e o de cartórios semelhantes) para identificar possíveis vazamentos como o do cartório de Laranjeiras que chegou a um consumo próximo ao da Sede em 2018.

Flávia contextualizou que a iniciativa “Criação de banco de dados para registro/acompanhamento dos gastos com alterações de layout” se refere também a gastos com reformas e fora inserida no PLS para atender ao CNJ, e explicou que sua origem advém da experiência positiva na diminuição dos gastos do TJDF ao apresentar previamente ao solicitante o custo que a reforma ou mudança de layout terá para o órgão.

Celano e Galerani mencionaram que: 70% dos cartórios já estão com torneiras/descargas ecoeficientes, bem como os imóveis administrativos e que não esperam impacto significativo após instalação das mesmas; a estrutura do TRE-RJ é antiga e não padronizada; há necessidade de existência de campanhas de conscientização, responsabilização ou premiação; o parque de ar condicionado vem sendo renovado mas que o sistema de eficiência energética da Sede é precário; a Sede e alguns cartórios tiveram o consumo de água medido pela média e não pela leitura do hidrômetro.

Galerani pontuou que: a eficiência energética da Sede estará dentro do projeto de retrofit e que um retorno/efeito no consumo será mais demorado (3 a 4 anos); será aberto chamado para construção de BI tomando como base planilha em desenvolvimento da Coeng com levantamento do valor de cada Ordem de Serviço, podendo vir a apresentar um histórico de 2 anos das despesas, mediante chamados já registrados no Conseg; esta planilha da Coeng impactará e envolverá a iniciativa de layout (diagnóstico dos imóveis) pois é mais abrangente e visa controlar o custo da SSG, levantamento do custo de manutenção do Tribunal.

Adriana questionou sobre a existência de estudo/acompanhamento do consumo de cada imóvel. Destacou que: a mudança das metas dos indicadores não mudariam a posição do TRE-RJ junto ao balanço do CNJ e talvez não ajudassem a reforçar a priorização das ações (incluindo até a questão orçamentária) de intervenção mais profunda na infraestrutura imobiliária; há necessidade de melhor identificar os problemas

de consumo, apresentar o que se está tentando fazer e a projeção dos impactos favoráveis para melhorar o desempenho do IDS do TRE; possível envolvimento dos cartórios na leitura mensal dos hidrômetros para auxiliar no controle do consumo; reunião da Ssg/Coeng com a Sestsu para tratar sobre possíveis novas iniciativas; necessidade de readequação da ficha da iniciativa de layout para avaliar a adequação às atividades já em desenvolvimento pela SSG de levantamento de custos de manutenção (Ordem de Serviço).

Celano propôs alteração das metas de energia e água, mas manteve as de telefonia (anual de 53 e 1º semestre de 45) e mencionou expectativa de diminuição de custos a partir do 2º semestre em função de nova contratação de telefonia celular.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Alteração das metas do:

IPLS 07A (Consumo de água) para anual de 0,5; 1º semestre 40% de 0,5;

IPLS 06A (Consumo de energia elétrica) para anual de 44; 1º semestre 40% de 44.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Sensibilização dos servidores para manterem no trabalho presencial os hábitos de economia de insumos que adquiriram em casa durante a pandemia

Prazo: Após pandemia

Responsável: SESTSU

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Abrir solicitação de construção de BI para auxílio no monitoramento e controle de água e energia por imóvel. Patrícia disponibilizou para apresentá-los o BI de materiais de consumo.

Prazo: Não definido

Responsável: SEADI/COSEG

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Análise da pertinência de readequação da ficha da iniciativa “Criação de banco de dados para registro/acompanhamento dos gastos com alterações de layout” considerando as atividades já em desenvolvimento pela Coeng de levantamento e planilhamento de custos de manutenção (por Ordem de Serviço)

Prazo: Não definido

Responsável: COENG

TEMA: Gestão de Resíduos**Observações relevantes:**

Indicadores impactados por:

- suspensão da pesagem dos resíduos da coleta seletiva em virtude do pequeno espaço físico para a atividade e a necessidade de cuidados em virtude da covid-19;
- problemas com contrato de estoquistas, ocasionando dificuldades de recolhimento dos insumos de informática;
- descarte sazonal de lâmpadas acumuladas (com ata vencida em 2020);
- suspensão, pelos fabricantes de toner, da logística reversa em função da pandemia.

Daniel pontuou que:

- está terminando de minutar o novo convênio com a Comlurb que incluirá não só os resíduos recicláveis mas também os entulhos não perigosos da Semant (previsão até fim de abril/21);
- ficará a cargo da Semant a nova contratação de descarte de lâmpadas, que terá consonância com Plano de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS, pois entrará no conjunto de resíduos gerados pela Coeng que deverão ser analisados pois não são abordados no convênio da Comlurb por serem perigosos (ex: tinta e solventes);
- existe um passivo grande de entulhos da Semant para ainda serem descartados devido a recusa pela Comlurb no 2º semestre de 2020 em continuar recebendo tal material, mas que tal situação fora momentaneamente remediada mediante ofício da Presidência do TRE-RJ à Comlurb;

- preocupação de que com a baixa geração de resíduos de grande valor pelo TRE-RJ, o possível convênio com Cooperativas que venha a decorrer do estudo a ser realizado pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária, haja eventual descontinuidade do interesse e recolhimento dos resíduos ocasionando um grave problema ao Tribunal, uma vez que o convênio com a Comlurb não poderá coexistir nesta situação;
- o decreto não determina que os resíduos devam ser entregues diretamente às cooperativas, podendo vir a ocorrer a delegação tal como é feito no convênio com a Comlurb.

Flávia pontuou que:

- o decreto regulamenta a destinação de resíduos para as cooperativas mas, que pela consultoria dada pelo professor da UERJ, não está errado destinar para a Comlurb pois ela não auferir lucro nesta atividade de interposição e destina para as cooperativas com ela cadastradas;
- existe a idéia de, uma vez fechada a parceria com a Rede Recicla Porto, faça-se a adesão ao chamamento público que deu origem ao atual convênio de 2 anos com 2 cooperativas que atende ao recolhimento de resíduos dos 6 órgãos da rede e que findará em setembro/21. A entrada do TRE-RJ no próximo chamamento público poderá tornar a situação mais atrativa do que se fosse uma iniciativa em separado, diminuindo os riscos de descontinuidade de serviço. Cada órgão assinará o seu convênio com as cooperativas vencedoras (que no máximo poderão ser 4 ao longo dos 2 anos) e terá o seu fiscal de contrato.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Apresentar ao CGE nova ficha para a iniciativa “Implantação da Gestão de Resíduos Sólidos no TRE-RJ”

Prazo: Não definido

Responsável: SESERG

TEMAS: Capacitação dos servidores em educação socioambiental

Sensibilização

Observações relevantes:

Flávia destacou que, assim como a Qualidade de Vida, a Sensibilização alcançou valores significativos, acima do esperado e da meta, por terem sido contabilizados os números de acesso virtuais às atividades propostas, mas que tal situação deverá ser revista quando do retorno do trabalho presencial.

Guerrero propôs alteração da meta em função da necessidade de adequação: à situação delicada de apenas 2 servidores atualmente no seção; à restrição orçamentária (duodécimos) em que até o momento de março a prioridade dos recursos estarem voltados para os workshops para o planejamento estratégico do Tribunal. Pontuou que tem previsão de oferecer novamente o curso “Ética e Cidadania Ambiental” e o EAD que está sendo elaborado pela Sestsu sobre apresentação do Guia de Contratações Sustentáveis do TRE-RJ.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Alteração das metas do IPLS 14 (Participação do público interno em ações de capacitação em matéria ambiental) para: anual de 250 e 1º semestre de 50.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

TEMA: Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Observações relevantes:

Gisele mencionou a necessidade de criação de um indicador que meça a percepção da qualidade de vida no trabalho (e não apenas o número de ações desenvolvidas), que deverá compor o Programa de Qualidade de Vida-PQV e não necessariamente o PLS, vindo a fazer parte de um conjunto de ações já propostas, tal como um inventário de ações atuais já desenvolvidas e dispersas pela instituição de forma transversal. De modo que estas ações sejam reconhecidas como ações que promovem qualidade de vida, refletindo positivamente no indicador e na percepção das pessoas. Após a aprovação do novo PQV poderá ser revista a ficha quanto aos prazos e atividades ali propostas.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Apresentar ao CGPLS nova ficha para a iniciativa “Realização de ações de qualidade de Vida no Trabalho no biênio 2020-2021”

Prazo: Após aprovação do o Programa de Qualidade de Vida-PQV

TEMA: Contratação sustentável

Observações relevantes:

Rodrigo pontuou sobre: a necessidade de se ter uma medição sobre a eficácia dos critérios inseridos nas contratações, a fim de medir a qualidade ao invés de somente a quantidade de critérios; a existência de um setor ou grupo de trabalho ou especialista para orientar/discutir com a área solicitante sobre os melhores critérios sustentáveis a serem incluídos nos estudos preliminares, vindo a compor o fluxo do processo e monitorando o resultado ou não dos critérios inseridos.

Felipe pontuou que com a nova legislação a unidade solicitante precisará saber se é viável ou não a inclusão do critério de sustentabilidade constante no Guia de Compras e para isto ela precisa verificar junto ao mercado a sua disponibilidade, conhecer de perto o mercado com o qual trabalha; que não vê a necessidade de criar um grupo ou especialista para esta análise sustentável mas continuar tendo treinamento com este viés; está realizando reuniões com a ReciclaPorto e contato com a Recicla Paraná para fechar o estudo de viabilidade de realização de compras compartilhadas.

Moema pontuou a dificuldade de um especialista dominar o leque de conhecimento tão abrangente de critérios sustentáveis inclusos no guia ou não, para inclusive acompanhar a evolução e aplicabilidade destes no mercado, uma vez que não terá como se envolver diretamente em todas as atividades de todas as áreas demandantes; que a existência de um especialista sustentável poderá gerar um gargalo nos fluxos de processos; que o monitoramento do resultado bem sucedido ou não da inclusão de um critério passa a fazer parte da expertise da área demandante e fonte de informação para as revisões do Guia de Compras.

Flávia exemplificou o quanto a participação de colegas de diferentes setores do TRE no curso de contratações sustentáveis foi enriquecedora pois cada um pode levar ao instrutor as dúvidas sobre as demandas das diferentes áreas de atuação; que o conhecimento das demandas da unidade solicitante é mais profundo do que um especialista de fora da área possa vir a oferecer no TRE; mencionou que a Sestsu está elaborando um pequeno curso para apresentação do Guia de Compras.

Raphael sugeriu a participação obrigatória dos gestores em capacitação de critérios sustentáveis para dar a noção do todo, ficando a critério deles se aprofundarem posteriormente no foco em suas áreas, ficando a

cargo deles a avaliação dos termos de referência com este viés.

Adriana questionou que a sugestão do Rodrigo consistiria em auxiliar a área solicitante em trazer a norma abstrata (Guia de Compras) ao caso concreto; questionou até que ponto a questão da sustentabilidade não deveria ser mais um “plus” de conhecimento a ser agregado às unidades demandantes que tem conhecimentos dos mercados com os quais atuam; sugeriu a possibilidade de criação de um indicador (para fazer parte da revisão do PLS) a fim de medir a qualidade/eficácia do critério sustentável; concordou com a obrigatoriedade de curso de conhecimento gerais para os gestores e um de sensibilização para os demais servidores.

Daniel pontuou que: no novo contrato de limpeza capital/praiana adotou-se o modelo do termo de referência do TCU sobre aferição de qualidade, no qual os chefes de cartório respondem a um questionário simples e, dependendo do resultado, poderá ser diminuído em até 5% o valor faturado; a mesma aferição de qualidade será colocada no novo contrato interior/região metropolitana que está sendo feito estudo;o atual contrato que atende Sede, Caju e Rodrigues Alves tem sido muito satisfatório não sendo no momento conveniente sua rescisão sem certeza do futuro cenário de home Office dos servidores lotados nestes imóveis.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Oferecer curso obrigatório sobre contratações sustentáveis a gestores. Justificativa: nova Lei de Licitações e de Política de Governança de Contratações

Prazo: Não definido

Responsável: CDESC

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Oferecer curso de apresentação do Guia de Compras aos servidores.

Prazo: Não definido

Responsável: SESTSU

TEMA: Deslocamento de pessoal, bens e materiais

Observações relevantes:

Raphael explicou o porquê da meta do 1º semestre precisar ser maior do que a do 2º semestre; da necessidade de terceirização da frota para evitar o colapso do transporte pela frota envelhecida e a impossibilidade de se comprar novos veículos; o projeto piloto será simples mas dará base para no próximo ano fazer a sua ampliação, gerando um grande economia para o TRE em manutenção e mão-de-obra e trazendo mais conforto e segurança para os usuários; que os caminhões estão muito velhos demandando muita manutenção por já terem uma vida média de 20 anos.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Aprovação das alterações propostas para os prazos da ficha de “Melhora da qualidade do serviço de transporte do Tribunal” no PLS.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

Flávia informou que a próxima reunião deverá ocorrer no mês de maio.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2021

FLAVIA CONCEICAO DE LIMA VIDAL

CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL



Documento assinado eletronicamente em 14/04/2021, às 22:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

SUZANA MARTINS RAMOS PINTO

COORDENADOR(A) DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Documento assinado eletronicamente em 15/04/2021, às 00:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

FABIANO FREITAS BARBOSA
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 15/04/2021, às 08:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

MARCOS JOSE GUERRERO SILVA
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 15/04/2021, às 10:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

FELIPE DE MELLO SANTOS
CHEFE DA SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente em 15/04/2021, às 17:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

RITA DE CASSIA DE SOUZA BRITO
ASSISTENTE III



Documento assinado eletronicamente em 16/04/2021, às 09:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

FRANCISCO NOBRE DE ALMEIDA CUNHA
CHEFE DA SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA



Documento assinado eletronicamente em 16/04/2021, às 11:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

FABIO GALERANI RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO(A) DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS



Documento assinado eletronicamente em 16/04/2021, às 14:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

PATRICIA MARIA GRANVILLE GARCIA LEAL
COORDENADOR(A) DE MATERIAL E PATRIMÔNIO



Documento assinado eletronicamente em 22/04/2021, às 17:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

GISELE GONELI DE LACERDA
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 27/04/2021, às 09:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

FLAVIO AUGUSTO CASTANHEIRA CELANO
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 27/04/2021, às 13:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

RAPHAEL AUGUSTO PEREIRA DE AMORIM
CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTES



Documento assinado eletronicamente em 29/04/2021, às 17:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

MAX LEANDRO DE FREITAS ROCHA
ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 30/04/2021, às 16:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 04/05/2021, às 15:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)

MOEMA MUNCK AYRES PEREIRA
ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 05/05/2021, às 14:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006.](#)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1665543** e o código CRC **20FDAFA1**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
